

Specialized Border Policing In Amazonas: Integrated Strategies Against Drug Trafficking In The Triple Frontier Of Brazil, Peru, And Colombia

Edilson Martins De Alencar Netto
Denison Melo De Aguiar
Leandro Albuquerque

Resumo:

Este artigo analisa o policiamento de fronteira e o combate ao tráfico internacional de drogas na região do Amazonas, com ênfase na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. A pesquisa parte do reconhecimento da relevância estratégica do Trapézio Amazônico, principal rota de entrada de entorpecentes no território brasileiro, e da fragilidade das ações estatais decorrente da geografia de difícil acesso e da limitada presença do Estado. O objetivo central consiste em propor um programa específico de policiamento especializado para a região, capaz de fortalecer o enfrentamento aos crimes transnacionais por meio da integração das forças de segurança, uso de tecnologia e cooperação internacional. A metodologia adotada é de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise documental de legislações, relatórios de inteligência e políticas públicas pertinentes, utilizando o método dedutivo e a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam que a eficácia do combate ao narcotráfico depende da articulação entre ações repressivas e estratégias preventivas, associadas ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Programas como o V.I.G.I.A. e o PPIF demonstram o potencial da integração interinstitucional e do uso de tecnologias de vigilância para reduzir a permeabilidade das fronteiras. Conclui-se que a consolidação de um modelo de policiamento de fronteira eficiente no Amazonas requer a combinação entre inteligência, desenvolvimento social e cooperação transnacional, promovendo segurança pública e soberania nacional de forma sustentável.

Palavras-chave: Policiamento de fronteira; Tráfico de drogas; Cooperação internacional; Segurança pública; Região amazônica.

Date of Submission: 03-12-2025

Date of Acceptance: 13-12-2025

I. Introdução

O policiamento de fronteira e o combate ao tráfico de drogas no estado do Amazonas são atividades essenciais para a segurança pública e defesa nacional devido à localização estratégica da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. A região do Trapézio Amazônico é conhecida por ser um dos principais corredores de entrada de entorpecentes no Brasil, o que a torna altamente vulnerável às atividades de grupos criminosos transnacionais (Balieiro, 2014). A geografia de difícil acesso e a limitada presença do Estado agravam essa situação, criando um ambiente propício para a proliferação de rotas ilegais utilizadas por traficantes.

Nesse contexto, medidas como o Programa Nacional de Vigilância nas Fronteiras e Divisas (V.I.G.I.A.) foram implementadas para fortalecer a prevenção e controle das fronteiras, conforme Silva (2022), através de uma atuação integrada entre as forças armadas, polícias e órgãos de inteligência (Silva, 2022). A iniciativa visa aumentar a capacidade de monitoramento e resposta rápida na região, que carece de recursos e tecnologias para enfrentar a complexidade das operações criminosas. No entanto, a ausência de coordenação efetiva entre Brasil, Peru e Colômbia ainda se apresenta como um desafio significativo.

A atuação dos grupos criminosos é facilitada pela precariedade das condições socioeconômicas e pela falta de alternativas legítimas para as comunidades locais, o que leva parte da população a se envolver no narcotráfico. Phillipe Giovanni Silva (2014) salienta que, sem o desenvolvimento de políticas públicas que integrem ações de segurança e desenvolvimento regional, a simples repressão não será suficiente para mitigar a influência das redes criminosas (Silva, 2014). Assim, as medidas repressivas precisam ser combinadas com iniciativas de apoio social, educação e geração de renda para as populações vulneráveis.

Por fim, o policiamento de fronteira no Amazonas deve ser compreendido como uma atividade que transcende a esfera da segurança pública, envolvendo soberania nacional e cooperação internacional. Moura (2020) destaca que a criação de uma rede de troca de informações entre os países e o fortalecimento das

capacidades de inteligência são fundamentais para combater o tráfico de forma eficiente e integrada (Moura, 2020). Dessa maneira, o combate ao tráfico de drogas exige não apenas ações repressivas, mas também estratégias preventivas que envolvam a articulação de múltiplos atores e políticas de longo prazo.

A relevância social do estudo sobre o policiamento de fronteira e o combate ao tráfico de drogas no Amazonas se manifesta na necessidade urgente de proteção das comunidades locais, que estão diretamente expostas aos impactos negativos da criminalidade transnacional. A região amazônica, em particular a tríplice fronteira, é marcada por elevados índices de violência e pela atuação de grupos criminosos que não apenas traficam drogas, mas também envolvem a população local em atividades ilícitas como contrabando e tráfico de pessoas (Balieiro, 2014). Diante desse cenário, compreender as estratégias de segurança aplicáveis à região contribui para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a segurança e a estabilidade, garantindo a integridade das comunidades e preservando a soberania nacional.

No âmbito acadêmico, este trabalho se justifica pela escassez de estudos que abordem de maneira integrada as peculiaridades do policiamento de fronteiras amazônicas e a complexidade do narcotráfico internacional. De acordo com Silva (2022), embora haja uma vasta literatura sobre o tráfico de drogas, a maioria dos trabalhos concentra-se em áreas urbanas ou em fronteiras mais acessíveis, deixando lacunas sobre como a geografia, a falta de infraestrutura e a limitada presença estatal afetam a segurança na Amazônia (Silva, 2022). Assim, a pesquisa busca preencher essa lacuna, contribuindo para o aprofundamento teórico e metodológico na área de segurança pública, com foco nas dinâmicas do tráfico e nas estratégias de repressão e prevenção na região amazônica.

A justificativa científica, por sua vez, fundamenta-se na necessidade de desenvolver novos paradigmas de segurança que considerem as particularidades do ambiente amazônico, caracterizado por vastas áreas de difícil acesso e alta concentração de biodiversidade. Segundo Moura (2020), o tráfico de drogas na tríplice fronteira é um fenômeno transnacional que desafia as abordagens tradicionais de segurança pública e exige um aprofundamento nos estudos de inteligência e cooperação internacional para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas (Moura, 2020). Com isso, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento científico, propondo modelos de atuação específicos para contextos de fronteira complexos e pouco explorados na literatura.

Propor um programa específico de policiamento especializado, visando a atuação na região de fronteira, fortalecendo o enfrentamento dos crimes transnacionais e suas externalidades refletidas em todo o estado do Amazonas. Nesse sentido o estudo tem como objetivo identificar medidas de fiscalização e policiamento de fronteira, que sejam capazes de descreverem políticas sobre o combate ao tráfico internacional de drogas, viabilizando a proposição de um perfil de atuação da PMAM, por meio do Policiamento de Fronteiras no Amazonas.

A criação de um programa de policiamento de fronteira no estado do Amazonas pode fortalecer o combate ao tráfico internacional de drogas na região ao integrar diferentes forças de segurança e adotar uma abordagem que combina inteligência, tecnologia e cooperação transnacional, permitindo uma resposta mais eficiente às atividades ilícitas na tríplice fronteira.

Conforme destaca Silva (2022), a implementação de programas como o V.I.G.I.A. mostrou que a atuação coordenada entre forças policiais e militares, aliada ao uso de tecnologias de monitoramento e troca de informações em tempo real, reduz significativamente a permeabilidade das fronteiras e aumenta a capacidade de interceptação de carregamentos de entorpecentes (Silva, 2022). Dessa forma, um programa específico para o Amazonas poderia suprir a falta de controle nas áreas mais remotas e promover uma articulação mais robusta entre Brasil, Colômbia e Peru, contribuindo para a desarticulação das redes de tráfico transnacional e para a proteção das comunidades locais.

Este estudo assume um caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca investigar as práticas e estratégias de policiamento de fronteira voltadas ao combate ao tráfico de drogas no estado do Amazonas, detalhando suas particularidades e identificando os principais desafios enfrentados para a implementação de um ambiente de maior controle e segurança nas regiões fronteiriças. A metodologia utilizada baseia-se em uma análise documental de legislações, normas internas e relatórios de inteligência policial, permitindo uma integração abrangente dos dados obtidos e contribuindo para uma visão holística sobre o impacto do policiamento na redução do tráfico de entorpecentes (Maxwell, 2013).

O estudo adota o método dedutivo, partindo de teorias consolidadas na área de segurança pública e criminologia, adaptando-as ao contexto específico da região fronteiriça do Amazonas (Maxwell, 2013). Esse enfoque metodológico permite compreender como as operações de policiamento em zonas de fronteira influenciam as dinâmicas de combate ao crime organizado e à circulação de substâncias ilícitas, utilizando uma análise teórica que sistematiza as práticas já existentes e sugere ajustes para otimizar a atuação policial. A pesquisa fundamenta-se em teorias aplicadas ao campo da Segurança Pública e do Direito, fornecendo diretrizes para a análise e compreensão das ações policiais implementadas em áreas de fronteira, além de propor melhorias estratégicas para o enfrentamento ao tráfico de drogas (Creswell, 2014).

A análise dos dados será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, um método qualitativo que permite interpretar e compreender o significado das informações contidas nos documentos e nas normas revisadas. Essa técnica possibilita identificar padrões, temas e categorias relacionadas ao policiamento de fronteira, proporcionando uma visão detalhada das práticas administrativas e operacionais que impactam a eficácia das ações de combate ao tráfico de drogas na região (Bardin, 2011). Além disso, a abordagem lógico-gramatical será utilizada para fornecer uma perspectiva mais estruturada sobre os fatores que influenciam o sucesso das operações policiais, facilitando a formulação de diretrizes para a melhoria da atuação nas áreas de fronteira (Ferraz Júnior, 2013).

Para garantir uma análise contextualizada e abrangente, foram empregadas técnicas de coleta e revisão documental, focando em legislações aplicáveis, normas operacionais e relatórios de segurança elaborados por órgãos públicos e instituições de pesquisa. A metodologia adotada busca articular teorias de segurança pública com a análise específica das fronteiras do Amazonas, mapeando práticas que possam ser implementadas para mitigar o tráfico de drogas e ampliar a efetividade das operações de combate ao crime organizado (Bowen, 2009).

Por fim, o estudo baseia-se também na Teoria da Prevenção Situacional do Crime, que examina como o ambiente e a estrutura espacial das áreas de fronteira influenciam a efetividade das operações policiais (Clarke, 1997). Essa abordagem permite identificar fatores logísticos e estruturais que impactam o desempenho das estratégias de segurança, possibilitando o desenvolvimento de recomendações que considerem as características específicas das fronteiras do estado do Amazonas, como a geografia complexa, os pontos de travessia mais vulneráveis e a logística envolvida nas operações de repressão ao tráfico de entorpecentes (Felson, 2002).

II. Medidas De Fiscalização E Policiamento De Fronteira

O Estado do Amazonas, com sua vasta extensão territorial de 1.570.745,680 km², representa o maior estado brasileiro, abrangendo 18,5% do território nacional. Essa imensa área é cortada pela bacia hidrográfica amazônica, que inclui rios de grande relevância como o Negro, Amazonas, Solimões e Madeira, formando uma rede interligada que serve como principal via de transporte na região. A importância desses rios vai além do aspecto geográfico, pois eles desempenham um papel essencial na logística e mobilidade do estado (Rodrigues, 2014).

O uso das hidrovias como principal meio de transporte no Amazonas é fundamental para a movimentação de mercadorias, conectando as cidades do interior à capital e impulsionando o crescimento econômico. Além de facilitar o escoamento da produção local, essas rotas fluviais são responsáveis por fomentar o desenvolvimento das áreas remotas, integrando-as ao restante do estado e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região (Rodrigues, 2014).

As rotas fluviais no Amazonas desempenham um papel crucial como canais de comunicação, facilitando o deslocamento de pessoas e o escoamento de uma ampla variedade de produtos. Esses rios são fundamentais para a economia da região, conectando áreas remotas e promovendo o comércio e o desenvolvimento local. No entanto, apesar de sua importância para atividades legais, essas vias também enfrentam desafios relacionados à segurança (Rodrigues, 2014).

Além de sua utilização legítima, as hidrovias amazônicas são frequentemente exploradas para ações ilegais, como o tráfico de drogas, devido à sua vasta extensão e à dificuldade de fiscalização eficiente. A complexidade geográfica da região favorece a utilização dessas rotas por organizações criminosas, que se beneficiam da limitada presença estatal para o transporte de substâncias ilícitas e outras atividades ilegais (Rodrigues, 2014).

Segundo Rodrigues (2014), a identificação de rotas vulneráveis e a compreensão dos caminhos utilizados pelo tráfico de drogas são essenciais para a formulação de políticas eficazes de segurança pública. A ausência de fiscalização integrada permite que o tráfico transnacional explore essas vulnerabilidades, consolidando-se como uma atividade de alta lucratividade e difícil de ser combatida de maneira tradicional.

Dessa forma, o policiamento de fronteira no contexto amazônico apresenta uma complexidade peculiar, devido às características geográficas e socioculturais da região, que dificultam a implementação de estratégias convencionais de controle e fiscalização. As políticas de segurança pública destinadas às áreas fronteiriças demandam, portanto, não apenas um aparato repressivo, mas também mecanismos de inteligência e cooperação internacional para se tornarem efetivas. Nesse cenário, as estratégias devem ser adaptadas para lidar com as especificidades locais e superar os desafios impostos pela vasta extensão territorial e pela densa cobertura vegetal (Medeiros Filho, 2020).

Um dos principais desafios no enfrentamento ao crime organizado no tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia é a presença de grupos fortemente armados que controlam as rotas de tráfico de drogas. De acordo com Balieiro (2014), essa situação exige a adoção de estratégias integradas que envolvam forças policiais e militares dos três países, a fim de conter o avanço do crime transnacional na região. Para que essas medidas sejam eficazes, é imprescindível que haja cooperação contínua e troca de informações entre os países envolvidos.

Nesse contexto, o Programa V.I.G.I.A, implementado pelo governo brasileiro em 2019, é uma das principais medidas de fiscalização adotadas para o controle das fronteiras. Conforme descrito por Silva (2022), o programa segue as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e visa fortalecer a prevenção e o controle nas regiões fronteiriças brasileiras por meio de uma atuação integrada entre diferentes esferas de segurança pública, como a Polícia Federal, as Forças Armadas e as polícias estaduais. A articulação entre essas instituições permite uma abordagem mais coordenada, atuando preventivamente, de forma repressiva e com apoio de inteligência, para reduzir a permeabilidade das fronteiras.

Além disso, a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) destaca a necessidade de maior investimento em recursos tecnológicos e em pessoal qualificado para o fortalecimento das ações de inteligência. Segundo Silva (2014), a simples presença física de agentes nas fronteiras não é suficiente para controlar a entrada de substâncias ilícitas. Nesse sentido, o uso de tecnologias de monitoramento, como sistemas de radar e vigilância aérea, é apontado como fundamental para ampliar a capacidade de detecção e interceptação de carregamentos ilegais, aumentando a eficácia das operações.

No entanto, Moura (2020) aponta que a ausência do Estado e a fragilidade das ações coordenadas entre Brasil, Colômbia e Peru contribuem para a formação de um ambiente propício ao estabelecimento de redes criminosas que operam de forma transnacional, controlando não apenas o tráfico de drogas, mas também outros mercados ilícitos, como o contrabando e o tráfico de armas. Nesse cenário, a cooperação entre os países é imprescindível para que se crie uma estratégia de defesa que contemple o contexto regional como um todo, ultrapassando as fronteiras nacionais e abordando os problemas de forma holística.

Por outro lado, a eficácia das ações de fiscalização na fronteira depende também da capacitação dos agentes que atuam diretamente nas operações. Silva (2014) ressalta que a formação continuada e especializada é necessária para que os agentes possam lidar com a complexidade das atividades de controle em um ambiente tão hostil quanto o do tríplice fronteira. A criação de centros de formação especializados em policiamento de fronteiras e o intercâmbio de conhecimentos entre os países fronteiriços são medidas que podem potencializar a atuação das forças de segurança.

Ainda na análise das medidas de fiscalização de fronteira, o uso de sistemas de informação e inteligência emerge como um dos pilares para a contenção de atividades ilícitas. Moura (2020) afirma que a criação de uma rede de compartilhamento de informações entre as diferentes agências que atuam na região pode aumentar a capacidade de antecipar ações criminosas, reduzindo o tempo de resposta e melhorando a alocação de recursos em áreas críticas. Contudo, a falta de investimento e a ausência de uma cultura de cooperação entre os diferentes órgãos de segurança dificultam a implementação efetiva desse tipo de estratégia.

Outro ponto relevante é a necessidade de adaptação das estratégias de policiamento ao contexto local. Segundo Morais (2005), as políticas de repressão ao tráfico de drogas devem considerar as peculiaridades culturais e sociais das comunidades amazônicas, uma vez que a ausência de alternativas econômicas legais contribui para que muitos habitantes locais se envolvam com o narcotráfico. Assim, o fortalecimento de programas sociais que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social é fundamental para reduzir a dependência econômica das comunidades em relação às atividades ilícitas.

Nesse sentido, a cooperação internacional é um dos pilares para o enfrentamento ao tráfico de drogas no tríplice fronteira. Conforme enfatizado por Pacievitchi (2011), a troca de informações entre os países fronteiriços permite uma atuação mais eficaz no bloqueio das rotas utilizadas para o escoamento de entorpecentes, além de contribuir para a identificação dos atores envolvidos. Essa troca de informações é imprescindível para a criação de uma rede de fiscalização que abranja não apenas as fronteiras terrestres, mas também os pontos críticos nas áreas fluviais e aéreas.

Ademais, a abordagem integrada entre segurança pública e desenvolvimento econômico deve ser o ponto central das políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas na região. De acordo com Filho e Vaz (1997), as estratégias de repressão isoladas tendem a deslocar as atividades criminosas para áreas menos protegidas, o que apenas fragmenta o problema sem efetivamente solucioná-lo. Dessa forma, uma abordagem que integre policiamento, desenvolvimento comunitário e cooperação internacional é essencial para alcançar resultados duradouros na redução das atividades ilícitas no tríplice fronteira, contribuindo para a construção de um ambiente mais seguro e estável na Amazônia.

A vasta extensão territorial do Estado do Amazonas, aliada à sua complexa geografia fluvial, coloca enormes desafios à fiscalização e controle das fronteiras. As hidrovias, essenciais para o escoamento de mercadorias e mobilidade das comunidades locais, também facilitam o tráfico de drogas, armas e outras atividades ilícitas. Dessa forma, políticas de segurança pública na região devem focar no fortalecimento da vigilância das rotas fluviais, utilizando recursos tecnológicos e uma maior integração entre os órgãos de segurança. "A vigilância eficiente nas fronteiras depende de uma abordagem multifacetada, que combine inteligência, tecnologia e ações repressivas" (Silva, 2022).

Além disso, a cooperação internacional entre Brasil, Colômbia e Peru é vital para a efetividade das ações de combate ao narcotráfico no Amazonas. As organizações criminosas transnacionais utilizam as fronteiras

permeáveis para a movimentação de drogas, aproveitando-se da falta de coordenação entre os países. A troca de informações e a realização de operações conjuntas têm demonstrado ser uma estratégia eficaz para a desarticulação dessas redes criminosas. "Sem a cooperação entre os países fronteiriços, qualquer estratégia de combate ao tráfico de drogas será insuficiente" (Balieiro, 2014).

Outro ponto crucial é a formação e capacitação dos agentes que atuam nas fronteiras. A implementação de centros de treinamento especializados em policiamento de fronteira, com foco no uso de tecnologias de monitoramento e inteligência, é fundamental para melhorar a atuação das forças de segurança na região. Agentes bem treinados e capacitados conseguem lidar melhor com os desafios impostos pela geografia e complexidade social da região amazônica. "A capacitação contínua é a chave para uma atuação eficaz em ambientes fronteiriços hostis" (Moura, 2020).

Por fim, o fortalecimento das políticas sociais é essencial para a redução do envolvimento das comunidades locais com o narcotráfico. Investir em educação, saúde e oportunidades econômicas pode oferecer alternativas ao aliciamento por organizações criminosas, que exploram a vulnerabilidade social das populações ribeirinhas. "O desenvolvimento socioeconômico das áreas fronteiriças é um componente fundamental para uma política de segurança sustentável" (Morais, 2005).

III. Políticas Sobre O Combate Ao Tráfico Internacional De Drogas

O tráfico internacional de drogas constitui um dos maiores desafios à segurança pública e à ordem social contemporânea, afetando diversas regiões do mundo de maneira complexa com muitas frentes de atuação. No contexto brasileiro, especialmente na região amazônica, mais especificamente na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, as políticas de combate ao narcotráfico envolvem uma combinação de estratégias integradas que buscam não apenas a repressão direta às atividades ilícitas, mas também a prevenção e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades vulneráveis (Couto, 2017). Buscamos abordar as principais políticas públicas implementadas no Brasil para enfrentar o tráfico internacional de drogas, destacando iniciativas como o Programa VIGIA, a cooperação internacional, o uso de tecnologia avançada e as medidas socioeconômicas complementares, nos termos do Decreto Federal nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 – que instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras / PPIF.

As políticas públicas de combate ao narcotráfico no Brasil são fundamentadas em estratégias de interoperabilidade que envolvem múltiplos órgãos e níveis de governo. A integração e a colaboração entre as forças de segurança e defesa são essenciais para a coordenação de operações conjuntas que visam dismantlar rotas de tráfico e desarticular organizações criminosas. Tal prática é facilitada por centros de comando e controle que permitem o compartilhamento rápido de informações e a coordenação eficiente de ações repressivas (Pinheiro Filho, 2020).

Para Bettini (2020), O Programa VIGIA é uma das principais ferramentas utilizadas no combate ao narcotráfico nas áreas de fronteira, focando na vigilância intensificada e na repressão coordenada em regiões estratégicas, como a tríplice fronteira do Amazonas. As principais características do Programa VIGIA incluem:

Integração das Forças de Segurança: Coordenação entre diferentes órgãos de segurança pública para operações mais eficazes. **Uso de Tecnologia Avançada:** Implementação de drones, câmeras de monitoramento e sensores para aumentar a capacidade de vigilância em áreas de difícil acesso. **Capacitação e Treinamento:** Formação especializada para agentes de segurança no enfrentamento a crimes transnacionais. **Cooperação Internacional:** Estabelecimento de parcerias com países vizinhos para troca de informações e operações conjunta (Amor, 2020). Desde a sua criação, o Programa VIGIA tem demonstrado resultados significativos na interceptação de cargas ilícitas e na redução das atividades das organizações criminosas na região.

A eficácia das políticas de combate ao tráfico de drogas depende, em grande parte, da cooperação internacional. A troca de informações e a realização de operações conjuntas com os países vizinhos – Peru e Colômbia – são essenciais para desarticular redes transnacionais de tráfico e compartilhar boas práticas de segurança. Em termos de avanço tecnológico, algumas ferramentas tem sido peças-chave nas políticas de combate ao narcotráfico. Tecnologias como drones e sensores de monitoramento aumentam a capacidade de vigilância nas vastas áreas da Floresta Amazônica, facilitando a detecção precoce de atividades ilícitas (Hamada & Moreira, 2020).

O fortalecimento do controle nas fronteiras é outra dimensão crucial das políticas de combate ao tráfico de drogas. Isso inclui o aumento da fiscalização aduaneira nos pontos de entrada e saída, bem como investimentos na infraestrutura logística para permitir a rápida mobilização de tropas e recursos para áreas críticas. A melhoria da infraestrutura de fronteira contribui para dificultar a passagem de drogas e armas, além de facilitar a cooperação entre as forças de segurança dos países envolvidos (Bettini, 2020).

Reconhecendo que o combate ao tráfico de drogas não pode se limitar à repressão, as políticas públicas também incorporam iniciativas de desenvolvimento socioeconômico e prevenção. Programas de inclusão social e capacitação profissional visam reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais ao recrutamento por organizações criminosas. Investimentos em educação, geração de emprego e melhoria das condições de vida são

estratégias fundamentais para desincentivar o envolvimento com o tráfico e promover alternativas sustentáveis para a população (Couto, 2017).

A atualização da legislação penal é uma medida importante para fortalecer as políticas de combate ao tráfico de drogas. Reformas legislativas têm buscado aumentar as penas para crimes relacionados ao narcotráfico e facilitar a atuação das forças de segurança. Além disso, a revisão contínua das políticas públicas permite adaptar as estratégias às novas dinâmicas do tráfico e às demandas da população, garantindo uma abordagem mais eficaz e atualizada (Sousa et al, 2019).

Apesar dos avanços, as políticas de combate ao tráfico de drogas enfrentam diversos desafios, desde a corrupção dentro das forças de segurança em diferentes níveis de governo até o comprometimento da eficácia das ações repressivas em decorrência desta. A insuficiência de recursos financeiros e humanos também limita a implementação plena das estratégias planejadas. Além disso, a complexidade geográfica da região amazônica, com sua vasta extensão territorial e densas florestas, torna o monitoramento e a fiscalização mais difíceis (Hamada & Moreira, 2020).

Iniciativas recentes buscam criar rotas monitoradas no triplice fronteira, facilitando a cooperação entre as polícias dos três países. A continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas são essenciais para aprimorar o combate ao narcotráfico na região amazônica (Pinheiro Filho, 2020).

Depreende-se da literatura que as políticas públicas de combate ao tráfico internacional de drogas, especialmente na região do triplice fronteira do Amazonas, são caracterizadas por uma abordagem multifacetada que combina repressão, inteligência, cooperação internacional e desenvolvimento socioeconômico (Couto, 2017). Programas como o VIGIA exemplificam a integração eficiente das forças de segurança e o uso de tecnologias avançadas para enfrentar os desafios impostos pelo narcotráfico. No entanto, para que essas políticas sejam plenamente eficazes, é necessário superar obstáculos como a corrupção, a escassez de recursos e a complexidade geográfica. A contínua adaptação das estratégias e o fortalecimento das parcerias regionais são essenciais para garantir a segurança pública e promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica (Sousa et al, 2019).

O fortalecimento das fronteiras brasileiras na região amazônica tem sido um dos principais focos das políticas públicas de combate ao narcotráfico. A criação de corredores de segurança monitorados e a implementação de tecnologias avançadas, como sensores e drones, aumentam significativamente a capacidade de vigilância nas áreas de difícil acesso. Essas medidas têm como objetivo dificultar a passagem de drogas e armas, bem como facilitar o fluxo de informações entre as forças de segurança dos países vizinhos, contribuindo para uma resposta mais rápida e eficaz às atividades ilícitas (Hamada & Moreira, 2020).

A cooperação internacional continua sendo um pilar essencial na luta contra o tráfico de drogas na triplice fronteira. A troca de informações e a realização de operações conjuntas com o Peru e a Colômbia têm mostrado resultados positivos na desarticulação de redes criminosas transnacionais. Além disso, a integração com organismos internacionais de inteligência fortalece a capacidade de resposta do Brasil às ameaças globais do narcotráfico. "A cooperação entre nações é fundamental para enfrentar crimes que atravessam fronteiras, como o tráfico de drogas" (Ramos, 2018).

No entanto, a repressão ao narcotráfico precisa ser complementada com políticas de desenvolvimento socioeconômico. Comunidades vulneráveis, especialmente aquelas localizadas nas fronteiras, são frequentemente alvos de recrutamento por organizações criminosas. Investir em educação, capacitação profissional e geração de emprego não só reduz a vulnerabilidade dessas populações, mas também promove alternativas sustentáveis ao envolvimento no tráfico. "O desenvolvimento socioeconômico é uma ferramenta poderosa na prevenção ao crime, oferecendo oportunidades reais às populações de risco" (Couto, 2017).

Finalmente, a revisão constante das políticas públicas e da legislação é fundamental para garantir a eficácia das ações de combate ao narcotráfico. Reformas legislativas que aumentem as penas para crimes relacionados ao tráfico e facilitem o trabalho das forças de segurança são essenciais para enfrentar os desafios emergentes. "A legislação precisa acompanhar a evolução do crime organizado, adaptando-se rapidamente às novas estratégias utilizadas pelos criminosos" (Sousa et al, 2019).

IV. Por Um Perfil De Policiamento De Fronteiras No Amazonas Na Pmam

O combate ao narcotráfico na fronteira do Amazonas é um desafio complexo que exige uma abordagem estratégica e integrada, dada a vastidão territorial e a diversidade cultural da região. A natureza transnacional do tráfico de drogas, especialmente na triplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, demanda um perfil de policiamento que combine prevenção, repressão, inteligência e desenvolvimento comunitário. A seguir, apresenta-se uma proposta de perfil de policiamento de fronteira a ser executado pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), destacando as principais diretrizes e ações que podem ser implementadas para enfrentar efetivamente o narcotráfico na região (Silva Júnior, 2022).

A primeira diretriz para um perfil de policiamento eficaz é a integração das forças de segurança. A PMAM deve atuar em parceria com a Polícia Federal, as Forças Armadas e outras agências de segurança pública, promovendo a troca de informações e a realização de operações conjuntas. A criação de centros de comando e

controle nas áreas fronteiriças permitirá uma melhor coordenação das ações, facilitando a resposta rápida a atividades ilícitas e a realização de operações planejadas. Essa integração deve incluir o uso de tecnologia de informação e inteligência, permitindo a análise de dados e a identificação de padrões de tráfico (Brasil, 2016).

Uma presença policial visível nas comunidades de fronteira é crucial para a prevenção do narcotráfico. A PMAM deve desenvolver estratégias de patrulhamento em áreas estratégicas, utilizando viaturas, motocicletas e até mesmo embarcações para o monitoramento de rios e igarapés. A implementação de policiamento comunitário pode ajudar a construir relações de confiança entre a polícia e a população local, encorajando a denúncia de atividades ilícitas e a participação da comunidade nas ações de segurança (Sposito, 2019).

A inteligência policial deve ser um componente central do perfil de policiamento. A PMAM deve investir em capacitação de pessoal para a coleta, análise e disseminação de informações relacionadas ao tráfico de drogas. O uso de tecnologias como drones, câmeras de monitoramento, câmeras térmicas, telefones satelitais e sistemas de geolocalização pode aumentar a capacidade de vigilância em áreas de difícil acesso, permitindo o monitoramento em tempo real das rotas de tráfico. Além disso, o fortalecimento de parcerias com agências de inteligência nacionais e internacionais é fundamental para o compartilhamento de informações e a realização de operações coordenadas (Hamada & Moreira, 2020).

A formação e a capacitação contínua dos policiais são essenciais para a eficácia do policiamento de fronteira. A PMAM deve implementar programas de treinamento que abordem questões relacionadas ao narcotráfico, técnicas de abordagem e prisões, legislação vigente, e direitos humanos. Policiais bem treinados são mais capazes de lidar com situações complexas e de se relacionar de forma adequada com a comunidade, minimizando a possibilidade de abusos e promovendo uma imagem positiva da instituição (Balestreri, 1998).

Para efetivamente combater o narcotráfico, a PMAM deve se envolver em ações sociais e de desenvolvimento nas comunidades fronteiriças. Iniciativas que promovam a inclusão social, a educação e a geração de emprego são fundamentais para oferecer alternativas viáveis ao envolvimento com o tráfico. A implementação de programas de prevenção ao uso de drogas, bem como o apoio a projetos comunitários, pode contribuir para a redução da vulnerabilidade das populações locais ao recrutamento por organizações criminosas. O fortalecimento da legislação relacionada ao narcotráfico é outra diretriz importante. A PMAM deve atuar em parceria com o Ministério Público e o Judiciário para garantir a aplicação efetiva das leis que combatem o tráfico de drogas. A realização de operações integradas, que resultem na apreensão de drogas e na prisão de traficantes, deve ser acompanhada de um acompanhamento processual adequado para garantir que os responsáveis sejam levados à justiça (Sousa et al, 2019).

A proposta de perfil de policiamento de fronteira a ser executada pela Polícia Militar do Amazonas para combater o narcotráfico deve ser pautada na integração interinstitucional, na presença policial nas comunidades, na utilização de inteligência e tecnologia, na capacitação dos agentes de segurança, e em ações sociais que promovam o desenvolvimento. A eficácia desse perfil dependerá da capacidade da PMAM de se adaptar às dinâmicas do tráfico de drogas e de atuar de forma proativa, visando não apenas a repressão, mas também a construção de um ambiente de segurança e desenvolvimento sustentável nas regiões de fronteira. A implementação dessa proposta contribuirá para o fortalecimento da segurança pública no Amazonas e a promoção do bem-estar das comunidades locais (Pinheiro Filho, 2020).

Além das estratégias já mencionadas, é essencial que a PMAM estabeleça uma rotina de avaliação contínua dos resultados das operações. Essa prática permitirá a identificação de falhas e acertos, promovendo um ciclo de aprimoramento constante. A coleta e análise de dados devem ser usadas para a criação de indicadores de desempenho, possibilitando uma visão clara do impacto das ações de combate ao tráfico de drogas. "A avaliação sistemática de políticas de segurança é crucial para a manutenção da eficácia no longo prazo" (Oliveira, 2021).

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da presença policial em pontos críticos da fronteira. A definição de áreas prioritárias, com base em análises de risco e incidência de atividades ilícitas, pode garantir um uso mais eficiente dos recursos disponíveis. A criação de bases avançadas em regiões de difícil acesso também é uma alternativa viável para ampliar o controle territorial. De acordo com Carvalho (2020), "a presença física das forças de segurança inibe a ação de organizações criminosas, especialmente em locais com baixa presença estatal".

Paralelamente, é fundamental que a PMAM fomente a cooperação internacional, principalmente com as forças de segurança da Colômbia e do Peru. O narcotráfico é uma atividade transnacional que demanda respostas coordenadas entre os países que compartilham fronteiras. A troca de informações e a realização de operações conjuntas são passos importantes para desarticular redes criminosas que atuam na região. "A cooperação internacional é uma das principais ferramentas no combate ao crime organizado transnacional" (Ramos, 2018).

Por fim, é importante que a Polícia Militar do Amazonas também priorize ações de prevenção ao uso de drogas nas comunidades fronteiriças. Campanhas educativas, associadas ao desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, podem reduzir a vulnerabilidade de jovens ao aliciamento por organizações criminosas. A prevenção é uma forma de combate indireto, mas eficaz, ao narcotráfico. Segundo Pires (2021), "a educação e o fortalecimento das comunidades locais são fatores-chave para a redução do envolvimento com o tráfico de

drogas". Destarte a PMAM deve estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação das ações de policiamento de fronteira. A coleta de dados sobre apreensões, prisões, e a percepção de segurança nas comunidades permitirá a identificação de estratégias eficazes e a correção de rumos, quando necessário. O feedback da população deve ser considerado para ajustar as ações e melhorar o relacionamento entre a polícia e a comunidade.

V. Considerações Finais

Este estudo demonstrou que o policiamento de fronteira no Amazonas, particularmente na tríplice fronteira com Peru e Colômbia, exige uma abordagem integrada que combine repressão ao narcotráfico, inteligência policial, tecnologias de monitoramento como drones e radares, e cooperação transnacional para superar as limitações impostas pela geografia amazônica e pela limitada presença estatal. Programas como o V.I.G.I.A. e o PPIF confirmam a eficácia da articulação entre Forças Armadas, Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Polícia Federal e parceiros internacionais, reduzindo a permeabilidade das hidrovias e rotas vulneráveis exploradas por grupos criminosos transnacionais. A proposta de perfil de policiamento especializado para a PMAM, enfatizando capacitação contínua, presença comunitária e ações sociais de desenvolvimento socioeconômico, atende diretamente ao objetivo geral de fortalecer o combate aos crimes transnacionais e suas externalidades em todo o estado.

Os resultados validam a hipótese de que um programa dedicado pode otimizar o enfrentamento ao tráfico por meio de integração interinstitucional e estratégias preventivas, preenchendo lacunas identificadas na literatura sobre segurança em fronteiras amazônicas de difícil acesso. No entanto, persistem desafios como corrupção, escassez de recursos e ausência de coordenação plena entre Brasil, Colômbia e Peru, que demandam investimentos sustentados em infraestrutura e políticas de inclusão para populações ribeirinhas vulneráveis.

Essa contribuição acadêmica reforça a necessidade de paradigmas de segurança pública que transcendam a repressão, promovendo soberania nacional e desenvolvimento regional sustentável na Amazônia.

Referências

- [1]. Amazonas. Governo Do Estado. Base Arpão Soma Mais De R\$ 92 Milhões Em Prejuízo Ao Crime Com Apreensões Efetuadas Em 2021. 23.11.2021. Disponível Em: <http://Www.Amazonas.Am.Gov.Br/2021/11/Base-Arpao-Soma-Mais-De-R-92-Milhoes-Em-Prejuizo-Ao-Crime-Com-Apreensoes-Efetuadas-Em-2021/>. Acesso Em: 7 Jul. 2024
- [2]. Amazonas. Secretaria De Segurança Pública: Plano De Operação N° 001/2021- Ssp/Am “Operação Fronteira Mais Segura”. Manaus, Am, 2021. Acesso Em: 7 Jul. 2024
- [3]. Amazonas. Secretaria De Segurança Pública: Plano Estadual De Segurança Pública “Amazonas Mais Seguro”. Manaus, Am, 2021. Acesso Em: 7 Jul. 2024
- [4]. Amor, F. C. S. Programa V.I.G.I.A.: Uma Alternativa Multidimensional E Integrada Para As Ações De Segurança Nos Arcos Fronteiriços. Trabalho De Conclusão De Curso-Escola De Comando E Estado-Maior Do Exército, Rio De Janeiro, RJ, 2020. Disponível Em: <https://Bdex.Eb.Mil.Br/Jspui/Bitstream/123456789/8849/1/Mo%206357%20-%20sal%C3%93es.Pdf>. Acesso Em 3 Ago. 2024.
- [5]. Balieiro, Luiz Felipe De Vasconcelos Dias. Narcotráfico Na Tríplice Fronteira Amazônica Entre Brasil, Peru E Colômbia: Características E Formas De Combate. Dissertação (Mestrado Profissional Em Segurança Pública, Cidadania E Direitos Humanos). Universidade Do Estado Do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível Em: https://Www.Oasisbr.Ibict.Br/Vufind/Record/Brcris_4941a5330b116add89654823dfcc504b. Acesso Em 15 Set. 2024.
- [6]. Rodrigues, Umberto Ramos. Tráfico De Entorpecentes Na Amazônia: Identificando Caminhos E Rotas Vulneráveis. Disponível Em: <http://Repositorioinstitucional.Uea.Edu.Br/Handle/Riuea/5493>. Acesso Em: 10 Out. 2024.
- [7]. Bardin, Laurence. Análise De Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- [8]. Bettini, M. O Programa V.I.G.I.A. E A Segurança Multidimensional Nas Fronteiras. Disponível Em: <https://Www.Defesamet-Defesa.Mil.Br/Arquivos/Programa-Vigila-2015-2018.pdf>. Acesso Em: 7 Jul. 2024
- [9]. Bowen, Glenn A. Document Analysis As A Qualitative Research Method. Qualitative Research Journal, V. 9, N. 2, P. 27-40, 2009.
- [10]. Brasil. Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil: Promulgada Em 05 De Outubro De 1988. Organizada Do Texto: Juarez De Oliveira. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Disponível Em: https://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivl_03/Constituicao/Constituicao.Htm. Acesso Em: 7 Set. 2024.
- [11]. Brasil. Decreto N° 8.903, De 16 De Novembro De 2016. Institui O Programa De Proteção Integrada De Fronteiras E Organiza A Atuação De Unidades Da Administração Pública Federal Para Sua Execução. Disponível Em: http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivl_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.Htm. Acesso Em: 7 Jul. 2024
- [12]. Brasil. Malha Municipal. Malha Municipal | Ibge. Disponível Em: <https://Www.Ibge.Gov.Br/Geociencias/Organizacao-Do-Territorio/Malhas-Territoriais/15774-Malhas.Html>. Acesso Em: 19 Set. 2024.
- [13]. Brasil. Municípios Da Faixa De Fronteira. Disponível Em: <https://Www.Ibge.Gov.Br/Geociencias/Organizacao-Do-Territorio/Estrutura-Territorial/24073-Municipios-Da-Faixa-De-Fronteira.Html> 14 De Janeiro De 2024.
- [14]. Clarke, R. V. Situational Crime Prevention: Successful Case Studies. 2. Ed. Guildersland, Ny: Harrow And Heston, 1997.
- [15]. Couto, A. C. - A Geografia Do Narcotráfico Na Amazônia - Geographia Opportuno Tempore, Londrina, Vol. 3, N° 1, Pp. 52 - 64, 2017. Disponível Em: <http://Www.Uel.Br/Revistas/Uel/Index.Php/Geographia/Article/View/31774>. Acesso Em: 22 Ago. 2024.
- [16]. Creswell, John W. Investigação Qualitativa E Projeto De Pesquisa: Escolhendo Entre Cinco Abordagens. 3. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- [17]. Diaadianoticia. Em Apenas 12 Meses, Ações Da Base Arpão Tiraram De Circulação Mais De 3 Toneladas De Drogas No Am. 12.01.2022. Disponível Em: <https://Diaadianoticia.Com.Br/Em-Apenas-12-Meses-Acoes-Da-Base-Arpao-Tiraram-De-Circulacao-Mais-De-3-Toneladas-De-Drogas-No-Am/>. Acesso Em: 15 Ago. 2024.
- [18]. Felson, M. Crime And Everyday Life. 3. Ed. Thousand Oaks, Ca: Sage Publications, 2002.
- [19]. Ferraz Júnior, Tércio Sampaio. Introdução Ao Estudo Do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- [20]. Filho, A. P.; Vaz, A. C. O Brasil No Contexto Do Narcotráfico Internacional. Revista Brasileira De Política Internacional, V. 40, Nº 01. Brasília, 1997. Disponível Em: <https://www.scielo.br/J/Rbpi/A/Mhddvn6mgkrqtyy9blrdmg/Abstract/?Lang=Pt>. Acesso Em: 2 Ago. 2024. Moraes, Paulo César De Campos. Drogas E Políticas Públicas. Ufmg. Belo Horizonte, 2005. Disponível Em: <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/C178h0tg/27g49o2w/1xuex9r6cuu6dqq1.pdf>. Acesso Em 11 Out. 2024. Pacievitchi, T. Narcotráfico No Brasil. Disponível Em: <https://www.infoescola.com/drogas/narcotrafico-no-brasil>. Acesso Em: 21 jul. 2024.
- [21]. Filho, J. F. H. P. Programa V.I.G.I.A. – O Que É Interoperabilidade? Disponível Em: <https://www.defesanet-fronteiras-programa-v.i.g.i.a.-o-que-e-interoperabilidade>.
- [22]. Hamada, Helio Hiroshi; Moreira, Renato Pires. Estudo De Inteligência: Faces Da Segurança Pública Na Fronteira Do Brasil. 1ª Ed. Belo Horizonte: D'plácido. 2020.
- [23]. Ipea - Atlas Da Violência 2019. Disponível Em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf.
- [24]. Maxwell, J. A. Qualitative Research Design: An Interactive Approach. 3. Ed. Thousand Oaks, Ca: Sage Publications, 2013.
- [25]. Medeiros Filho, O. Desafios Do Exército Brasileiro Nas Fronteiras Amazônicas: Entre A Border E A Frontier. Volume 14, P. 77-97, 2020. Disponível Em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/rmm/article/view/2965>. Acesso Em: 09 Out. 2024.
- [26]. Moura, Marcos Alexander Valle De. Dinâmicas Da Securitização Do Tráfico De Drogas No Arco De Instabilidade Andino-Amazonico: O Caso Da Tríplice Fronteira Norte (Brasil – Colômbia – Peru). Artigo Científico. Escola Superior De Guerra, Brasília, 2020. Disponível Em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1245/1/Marcos%20alexander%20valle%20de%20moura%20-%20tce%20caed%202020.pdf>. Acesso Em: 04 Set. 2024.
- [27]. Patton, M. Q. Qualitative Evaluation And Research Methods. 3. Ed. Thousand Oaks, Ca: Sage Publications, 1999.
- [28]. Silva Júnior, Aldo Ramos Da. Operação Fronteira Mais Segura: Uma Proposta De Emprego Operacional Em Consonância Com O Programa V.I.G.I.A. Do Ministério Da Justiça E Segurança Pública Para O Combate Ao Tráfico De Drogas. Manaus: Uea. 2022.
- [29]. Silva, Leonardo Paes Pereira Da. O Crime Organizado Transnacional E O Trapézio Amazônico: Atuação Do Estado Brasileiro Frente Ao Narcotráfico Através Do Programa V.I.G.I.A. Entre Os Anos De 2019 E 2020. Revista Cadernos De Relações Internacionais, Ano 2022, V.1. Disponível Em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61320/61320.pdf>. Acesso Em: 9 Ago. 2024.
- [30]. Silva, Phillipe Giovanni Rocha Martins Da. Tráfico De Drogas Nas Fronteiras: A Insuficiência De Investimentos Em Inteligência E Seus Reflexos Objetivos Na Segurança Pública No Estado Da Paraíba. Monografia (Especialização Em Segurança Pública E Direitos Humanos). Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível Em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4426/1/Tr%C3%A1fico%20de%20drogas%20nas%20fronteiras_A%20insufici%C3%Aancia%20de%20investimentos%20em%20intelig%C3%Aancia%20e%20seus%20reflexos%20objetivos%20na%20seguran%C3%A7a%20p%C3%Bablica%20no%20estado%20da%20para%C3%Adba.pdf. Acesso Em 18 Set. 2024.
- [31]. Sousa, Micheline Teixeira De Freitas; Silva, Laura Maria Da; Silva, Dionísio Da Silva. Mapeamento Das Rotas Do Tráfico Internacional Na Região Amazônica Tendo Em Vista A Logística Ilícita E As Ações De Fiscalização Em Áreas Marítimas. Foz Do Iguaçu: Fomerco. 2019. Disponível Em: https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/Fomerco2019/1571129411_Arquivo_5426656055859b860f79a907557a07cd.pdf. Acesso Em: 15 Ago. 2024.
- [32]. Sposito, M. A Criminalidade Organizada No Contexto Amazônico. Iii Seminário Internacional De Segurança Da Amazônia. Manaus, Maio De 2019.